

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 1º de julho de 2026 • Nº 2330 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## BANCO CENTRAL

# Setor público tem déficit de R\$ 56 bi em maio

O setor público consolidado – União, estados, municípios e empresas estatais – teve déficit primário de R\$ 56,1 bilhões em maio de 2026, valor maior que no mesmo mês do ano passado, quando foi de R\$ 33,7 bilhões. Os valores

constam no relatório Estatísticas Fiscais, divulgado ontem pelo Banco Central. No acumulado de 12 meses contados até maio, o déficit primário ficou em R\$ 149 bilhões (1,14% do PIB), resultado 0,16 ponto percentual (p.p.) aci-

ma do acumulado até abril. No caso do Governo Central (formado por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) e dos governos regionais, houve déficit de R\$ 55,2 bilhões e R\$1,2 bilhão, respectivamente. **PÁGINA 2**

## CAGED

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



## Brasil acumula abertura de 767 mil postos de trabalho no ano

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que entre janeiro e maio deste ano 767.326 novos postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no Brasil. Em todas as unidades da Federação, o saldo de geração de emprego é positivo no período. O ministro Luiz Marinho (foto) frisou que as contrações e desligamentos também envolveram beneficiários do programa Bolsa Família. O que contraria afirmações de “empresários, formadores de opinião, influencers que dizem que (o programa) é um problema para as pessoas registrarem carteira e não querer o emprego, para não perder o benefício.” **PÁGINA 3**

## JUIZES CONDENADOS

## STF mantém o fim da aposentadoria compulsória

PÁGINA 7

## TERREMOTOS

## FAB envia medicamentos e militares a Venezuela

PÁGINA 8

## GUERRA NO IRÃ

# Governo inicia retirada gradual de subsídios aos combustíveis

A queda recente no preço do petróleo fez o governo federal anunciar ontem o início da retirada gradual dos subsídios criados para conter a alta dos combustíveis por causa da guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. A primeira medida será o fim da subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel, que deixa de valer a partir de hoje. Segundo o minis-

tro da Fazenda, Dario Durigan, a decisão foi possível porque o preço internacional do petróleo voltou a patamares próximos aos registrados antes da crise no Oriente Médio, reduzindo a necessidade de manter as medidas emergenciais. “Estamos tirando a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel a partir de amanhã e não vamos parar por aqui.” **PÁGINA 2**

## RECURSOS PARA O AGRO

# Governo lança Plano Safra de R\$ 525 bilhões

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O governo federal lançou ontem o Plano Safra 2026/2027. Principal programa federal de estímulo ao setor agropecuário brasileiro, a iniciativa vai destinar R\$ 525,1 bilhões apenas para a agricultura empresarial durante o próximo ano agrícola. Do total, R\$ 384,9 bilhões estão reservados para custear despesas essenciais, como a compra de insu-

mos, a manutenção de lavouras e rebanhos e a comercialização da produção. Durante cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin (foto), afirmou que, com o atual plano, o governo federal atingiu o objetivo de não só ampliar o volume de recursos para o setor. **PÁGINA 3**

## ASSUNÇÃO

RICARDO STUCKERT/ PR



## Lula defende acordo do Mercosul com China durante Cúpula do bloco

Na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul realizada ontem, em Assunção, no Paraguai, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu que o bloco sul-americano inicie negociações com a China para um acordo de comércio com o gigante asiático. “O Mercosul está avançando nos diálogos com Canadá, Índia e Vietnã. Nesta cúpula, daremos mais um passo ao lançar as negociações de uma parceria econômica com o Japão. Em breve, queremos fazer o mesmo com a China e seguir nos aproximando dos mercados mais dinâmicos do planeta”, disse. **PÁGINA 6**

## INDICADORES

IBOVESPA 0,52% / 171.258,87 / 888,49 / Volume: 21.704.669.966 / Negócios: 2.867.070				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo							
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Ufir-RJ		IPCA		DÓLAR Ptax - BC			
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	R\$		Compra	Venda	Compra	Venda		
B3SA3	14,72	+0,14	+0,02	GSHP3	3,88	+40,07	+1,11	ESTR4	3,11	-22,06	-0,88	S&P 500	7.431,46	+0,50	14,25%	14,75%	5,9748	6,1548	
CSAN3	3,75	+2,74	+0,10	GSHP3F	3,30	+17,44	+0,49	FSTU11	0,16	-20,00	-0,04	US Tech 100	28.925,6	+0,84	0,1709%		5,1743	+0,68%	
ABEV3	16,37	+1,24	+0,20	FSRF11	0,08	+14,29	+0,01	TOKY3F	0,260	-16,13	-0,050	Euronext 100	1.915,72	+1,66			5,1860	5,1866	
PETRA4	39,33	+0,41	+0,16	SEQL3F	0,080	+14,29	+0,010	AZUL98	6,310	-14,96	-1,110	CAC 40	8.350,87	+1,83			5,1860	5,1866	
MGLU3	4,42	-5,15	-0,24	LAND3	9,240	+14,07	+1,140	AZEV3F	0,13	-13,33	-0,02	FTSE 100	10.471,72	+1,63	0,6718%	Compra: 5,9009	Venda: 5,9015	Compra: 5,2166	Venda: 5,3966

**MERCADOS**

## Bovespa acumula queda de 8,31% no segundo trimestre

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), assim como na segunda, novamente não conseguiu acompanhar o desempenho positivo de Wall Street. O Ibovespa (Índice Bovespa) até amenizou a queda à tarde e recuperou o nível de 172 mil pontos, na esteira do alívio nos juros futuros, após o Caged de maio reforçar a tendência de desaceleração no mercado de trabalho.

Contudo, a ausência de fluxo estrangeiro e a cautela com o quadro fiscal impediram uma recuperação firme, levando o índice a registrar baixa de 0,68% ontem, e 0,73% no mês de junho - o quarto recuo mensal seguido -, reduzindo os ganhos do primeiro semestre para 6,76%.

Após máxima aos 173.204,72 pontos, com variação zero, o Ibovespa chegou a tocar os 170.538,48 pontos pela manhã, com recuo de 1,54%. Por fim, com giro financeiro de R\$ 21,92 bilhões, o índice fechou aos 172.024,12 pontos, sem força de

Petrobras, Vale e dos grandes bancos. No segundo trimestre, apurou queda de 8,31%.

**DÓLAR**

O dólar encerrou a sessão de ontem, em leve baixa no mercado local, na casa de R\$ 5,16, alinhado ao comportamento da moeda americana em relação à maioria das divisas emergentes. Apesar da virada de mês e de semestre, com rolagem de contratos futuros e a tradicional disputa pela formação da taxa ptax, o dólar oscilou em margens estreitas.

Tirando uma alta mais forte na primeira hora de negócios, quando superou R\$ 5,20 e registrou máxima de R\$ 5,2017, o dólar operou em leve baixa ao longo da segunda etapa do pregão. Com mínima de R\$ 5,1625, fechou em queda de 0,22%, a R\$ 5,1630. A moeda termina junho com valorização de 2,38% frente ao real, após ganhos de 1,82% em maio. Apesar do repique nos últimos dois meses, ainda recua 5,94% no ano.

**FASE DE TESTES**

## BC lança duplicata escritural para facilitar crédito a empresas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O mercado de crédito para as empresas brasileiras passará por uma transformação com a chegada da duplicata escritural, lançada oficialmente ontem pelo Banco Central (BC).

Com funcionamento em fase de testes e previsão de adoção gradual até junho de 2028, a ferramenta representa uma versão totalmente digital da duplicata tradicional usada em vendas a prazo entre pessoas jurídicas.

O novo modelo permite que todo o ciclo do título, desde a emissão até o pagamento, negociação ou uso como garantia, seja registrado eletronicamente em sistemas autorizados pelo Banco Central.

A mudança busca tornar as operações mais seguras, reduzir fraudes e facilitar o acesso ao crédito, especialmente para pequenas e médias empresas (PMEs).

**COMO FUNCIONA**

A duplicata é um documento que representa uma dívida de uma empresa compradora com outra empresa vendedora. Ela costuma ser usada por negócios que vendem produtos ou serviços com pagamento futuro.

Antes da digitalização, parte dessas operações dependia de documentos físicos, registros separados e processos manuais. Isso aumentava o risco de problemas como informações desencontradas, duplicidade de recebíveis e dificuldades para comprovar a existência do crédito.

Com a duplicata escritural, os dados passam a ficar registrados em um ambiente eletrônico, permitindo acompanhar todo o histórico do título.

Na prática, o sistema oferece:

- Mais transparência nas operações;
- Rastreamento dos recebíveis;
- Redução de fraudes;
- Maior segurança para bancos e empresas;
- Processos mais rápidos e organizados.

**EMPRESAS**

Para pequenas e médias empresas, a mudança pode melhorar as condições de acesso a financiamentos.

Ao apresentar recebíveis registrados digitalmente, empresas podem ter mais facilidade para antecipar valores que receberiam no futuro ou oferecer esses créditos como garantia em operações financeiras.

O novo sistema também tende a ajudar instituições financeiras a avaliar melhor os riscos, pois permite analisar com mais precisão a origem e a validade dos recebíveis.

**PRINCIPAIS NÚMEROS**

- R\$ 11 trilhões: tamanho estimado do mercado envolvido nas operações
  - 2 milhões: número estimado de empresas emissoras de duplicatas
  - 18 mil: grandes empresas consideradas sacadoras;
- A adoção do novo sistema será feita por etapas. Antes da obrigatoriedade, haverá uma fase de testes para validar o funcionamento do ecossistema digital.

O Banco Central afirma que o novo modelo deve reduzir problemas comuns no mercado de recebíveis, como a negociação do mesmo crédito mais de uma vez ou a dificuldade para verificar se uma dívida realmente existe.

**BANCO CENTRAL**

# Déficit do setor público em maio foi de R\$ 56,1 bilhões

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O setor público consolidado - União, estados, municípios e empresas estatais - teve déficit primário de R\$ 56,1 bilhões em maio de 2026, valor maior que no mesmo mês do ano passado, quando foi de R\$ 33,7 bilhões. Os valores constam no relatório Estatísticas Fiscais, divulgado ontem pelo Banco Central.

No acumulado de 12 meses contados até maio, o déficit primário ficou em R\$ 149 bilhões (1,14% do PIB), resultado 0,16 ponto percentual (p.p.) acima do acumulado até abril.

No caso do Governo Central (formado por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) e dos governos regionais, houve déficit de R\$ 55,2 bilhões

e R\$1,2 bilhão, respectivamente. Nas empresas estatais, houve superávit de R\$ 0,3 bilhão.

**AUMENTO DE GASTOS**

Os gastos do setor público consolidado com juros nominais totalizaram R\$ 107,5 bilhões em maio, ante R\$ 92,1 bilhões registrados em maio de 2025.

"Contribuiu para essa evolução o aumento no estoque do endividamento líquido no período. No acumulado em 12 meses até maio, os juros nominais alcançaram R\$ 1.111 bilhões (8,48% do PIB), comparativamente a R\$ 946,1 bilhões (7,74% do PIB) nos 12 meses até maio de 2025", informou o BC.

Com isso, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado pri-

mário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$163,7 bilhões em maio. Em 12 meses, o déficit nominal acumulado chegou a R\$ 1.260 bilhões (9,62% do PIB), mantendo-se estável, como percentual do PIB, em relação ao mês anterior.

**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Líquida do Setor Público chegou a R\$ 8,9 trilhões (67,9% do PIB) em maio, elevando-se em 0,7 p.p. do PIB no mês.

"Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), do déficit primário (0,4 p.p.), da desvalorização cambial de 1,4% no mês (-0,1 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.)", justifica o relatório.

No ano, a dívida líquida do

setor público aumentou em 2,7 p.p. do PIB. O resultado decorre, principalmente, dos impactos dos juros nominais (3,5 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada de 8,1% (0,9 p.p.), do déficit primário acumulado (0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-1,8 p.p.).

Em maio, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ficou em R\$10,6 trilhões (81,1% do PIB). O resultado representa aumento de 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Segundo o BC, esse aumento se deve principalmente aos juros nominais apropriados (0,9 p.p.), às emissões líquidas de dívida (0,4 p.p.), ao efeito da desvalorização cambial (0,1 p.p.) e à variação do PIB nominal (-0,5 p.p.).

**GUERRA NO IRÃ**

## Governo inicia retirada gradual de subsídios aos combustíveis

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A queda recente no preço do petróleo fez o governo federal anunciar ontem o início da retirada gradual dos subsídios criados para conter a alta dos combustíveis por causa da guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã.

A primeira medida será o fim da subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel, que deixa de valer a partir de hoje.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a decisão foi possível porque o preço internacional do petróleo voltou a patamares próximos aos registrados antes da crise no Oriente Médio, reduzindo a necessidade de manter as medidas emergenciais.

"Estamos tirando a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel a partir de amanhã e não vamos parar por aqui. Estamos em avaliação da outra subvenção do diesel, que é R\$ 1,12, e, em especial, também da gasolina, de R\$ 0,44", afirmou Durigan.

O ministro explicou que a equipe econômica acompanha diariamente a evolução do preço do petróleo e dos combustíveis no mercado interno, para decidir quando os demais incentivos poderão ser retirados.

**O QUE MUDA**

Neste primeiro momento, apenas a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel será encerrada. Os demais benefícios continuam em vigor, mas passam por avaliação do governo.

- O que continua valendo
- subsídio de R\$ 1,12 por litro do diesel;
- subsídio de R\$ 0,44 por litro da gasolina;
- subsídio ao gás de cozinha (GLP);
- desoneração de tributos federais sobre o biodiesel;
- desoneração de tributos sobre o querosene de aviação.

Segundo o governo, esses incentivos foram adotados para evitar que a alta internacional do petróleo provocasse aumentos expressivos nos preços pagos pelos consumidores brasileiros.

**MOTIVO DA DECISÃO**

A retirada dos subsídios ocorre após a redução das tensões no Oriente Médio, com o acordo parcial de cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã. Com isso, o barril do petróleo tipo Brent voltou a ser negociado em torno de US\$ 70, nível semelhante ao observado antes do conflito.

Como o preço internacional recuou, a equipe econômica

avalia que parte das medidas emergenciais já cumpriu seu objetivo.

**EQUILÍBRIO FISCAL**

Além da queda do petróleo, o governo afirma que a retirada gradual dos subsídios busca preservar as contas públicas.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a decisão foi tomada para manter o compromisso com a meta fiscal de 2026.

"Mantida essa premissa da neutralidade fiscal, vamos retirando as subvenções, de modo que a nossa meta de resultado primário seja cumprida, sem nenhuma mudança", declarou.

Segundo Moretti, como o petróleo ficou mais barato, também diminuiu a arrecadação extraordinária obtida pelo governo com royalties e tributos relacionados à produção e exportação da commodity.

Por isso, manter os subsídios por mais tempo poderia aumentar a pressão sobre o orçamento federal.

**MEDIDAS TEMPORÁRIAS**

Os subsídios aos combustíveis começaram a ser concedidos em março, quando o conflito no Oriente Médio elevou rapidamente os preços internacio-

nais do petróleo.

Na época, o governo também adotou outras ações para reduzir o impacto da alta sobre consumidores e empresas, como:

- subsídios ao diesel, gasolina e gás de cozinha;
- isenção de tributos federais sobre biodiesel e querosene de aviação;
- linhas de crédito para empresas aéreas;
- reforço na fiscalização de preços praticados nos postos de combustíveis.

Grande parte dessas medidas foi financiada pela arrecadação adicional obtida com a valorização do petróleo no mercado internacional.

**PRÓXIMOS PASSOS**

A expectativa da equipe econômica é que, se os preços do petróleo permanecerem próximos dos níveis atuais, os incentivos ao diesel e à gasolina também sejam reduzidos gradualmente nas próximas semanas.

Segundo o presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt Neto, a retirada dos subsídios foi planejada para ocorrer sem provocar impacto significativo nos preços dos combustíveis ao consumidor final.

**ANEEL**

## 'Bônus de Itaipu' será de R\$ 872,1 mi e alívio nas tarifas elegíveis vai a R\$ 31,38

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem, a destinação de R\$ 872,1 milhões como "Bônus de Itaipu", a ser distribuído aos consumidores elegíveis em agosto de 2026. O montante vem do saldo positivo na Conta de Comercialização de Energia Elétrica da Itaipu, a Conta Itaipu. Houve aumento em relação à previsão anterior, de R\$

767,2 milhões. Esse recurso vai permitir uma redução nas tarifas, para o público-alvo, de R\$ 2,69 até R\$ 31,38, dependendo do nível de consumo. O alívio na conta de luz vale para consumidores residenciais e rurais que tiveram consumo inferior a 350 quilowatts-hora (kWh), em ao menos um mês no último ano. Os valores são repassados pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar)

às distribuidoras de energia elétrica. A ENBPar deverá realizar os repasses até 25 de julho de 2026. Assim, o crédito será aplicado nas faturas a serem emitidas entre 1º e 30 de agosto de 2026.

Será homologada a Tarifa Bônus de Itaipu no valor de R\$ 0,00747181/kWh. Foi também definida em R\$ 419,52 milhões a parcela destinada à reserva técnica criada via decreto do governo para mitigar as variações na tarifa de re-

passo ao longo do ano.

Desde 2025, a ENBPar pode constituir reserva técnica financeira com a utilização de parte do saldo positivo da conta Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu no final do exercício anterior, no limite de 5%. A finalidade é mitigar impactos associados a variações de fluxo de caixa e de potenciais variações da tarifa de repasse de Itaipu, ou seja, o valor pago pelas distribuidoras de energia.

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

## RECURSOS PARA O AGRO

# Governo lança Plano Safra 2026/2027 de R\$ 525 bilhões

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O governo federal lançou ontem o Plano Safra 2026/2027. Principal programa federal de estímulo ao setor agropecuário brasileiro, a iniciativa vai destinar R\$ 525,1 bilhões apenas para a agricultura empresarial durante o próximo ano agrícola.

Do total, R\$ 384,9 bilhões estão reservados para custear despesas essenciais, como a compra de insumos, a manutenção de lavouras e rebanhos e a comercialização da produção.

Outros R\$ 140,2 bilhões irão para investimentos, apoiando a modernização produtiva, ampliação da capacidade de armazenagem, irrigação, inovação tecnológica, renovação de máquinas e equipamentos e o aumento da eficiência nas propriedades rurais.

Os R\$ 525,1 bilhões superam em R\$ 9 bilhões os R\$ 516 bilhões destinados ao agronegócio na safra anterior, safra 2025/2026, um incremento de 1,7%. Somado a outros cerca de R\$ 85 bilhões destinados à agricultura familiar, o financiamento para o setor agrícola supera os R\$ 610 bilhões.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, um dos principais avanços do Plano Safra 2026/2027 é a redução das taxas máximas de juros em linhas estratégicas da agricultura empresarial.

No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), por exemplo, o volume previsto alcança R\$ 72,6 bilhões, com taxa máxima de juros de 9% ao ano, alíquota inferior aos 10% até então aplicados.

O Plano Safra também reforça o incentivo à adoção de práticas produtivas sustentáveis e à regularização ambiental das propriedades rurais, concedendo descontos na taxa de juros de custeio para os produtores que adotarem boas práticas agropecuárias, padrões de gestão e certificações reconhecidas.

O desconto pode chegar a 0,5 ponto percentual para produtores



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

com Cadastro Ambiental Rural (CAR) em situação regular e outro 0,5 ponto percentual para aqueles que adotarem práticas agropecuárias sustentáveis.

O programa também estimula a gestão de riscos, vinculando a possibilidade de renegociação das operações de custeio agrícola à existência de cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou seguro rural como instrumentos de proteção da produção e de segurança para o sistema de crédito.

## RESULTADOS

Durante cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin (foto), afirmou que, com o atual plano, o governo federal atingiu o objetivo de não só ampliar o volume de recursos para o setor, mas, principalmente, reduzir as taxas de juros. “O crescimento do Plano Safra é um valor recorde. Mais de meio trilhão de reais. E com juros mais baixos. Este era o objetivo”, disse Alckmin, comemorando os bons resultados que a agropecuária alcançou no último período, “mesmo com o tarifaço” imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Sobrou, da diferença entre o

que exportamos e o que importamos, R\$ 149,2 bilhões. Isso tem um efeito fantástico na economia, no sentido de estabilidade, de fortalecer a economia brasileira”, apontou o presidente em exercício.

Ele assegurou que a ampliação da infraestrutura para escoamento da safra é uma prioridade.

Ao classificar o agronegócio como “um dos grandes pilares do desenvolvimento nacional”, o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, defendeu a importância de políticas públicas “proporcionais aos desafios”.

“Talvez, nenhum instrumento represente melhor essa escala do que o Plano Safra, que pertence ao Brasil, e que a partir de 2003 se transformou na principal política pública de crédito rural do Brasil. Uma das políticas públicas mais longevas da nossa história”, lembrou André de Paula.

O ministro ressaltou ainda que a taxa de juros de custeio empresarial baixou de 14% para 12,5%.

## CONFIANÇA

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, destacou que servidores federais de todas as pastas envolvidas passaram as últimas semanas “trabalhando dia e noite para

conseguir compilar e harmonizar as necessidades e os interesses do agronegócio com as contas públicas e as possibilidades financeiras de a União custear um Plano Safra recorde”.

“A cadeia do agronegócio apresenta, hoje, mais de 25% do PIB [a soma de todas as riquezas produzidas no país] nacional. É muito importante que um setor tão expressivo da nossa economia tenha a estabilidade de planos safras subsequentes e o compromisso das equipes de governo de debater temas espinhosos, como a renegociação das dívidas rurais e o seguro rural”, acrescentou Durigan, ao destacar que a venda de produtos agrícolas representam metade de todas as exportações brasileiras.

Representante do setor produtivo no lançamento do Plano Safra, o diretor de Relações Corporativas da Inpasa (maior biorrefinaria de grãos da América Latina), Guilherme Nolasco, destacou que, “ao apoiar os produtores, o país apoia uma importante cadeia de negócios, responsável por desenvolver a indústria, pesquisa e a logística nacionais, gerando empregos e incrementando a inovação e a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional”.

## CAGED

GILBERTO COSTA/ABRASIL

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que entre janeiro e maio deste ano 767.326 novos postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no Brasil. Em todas as unidades da Federação, o saldo de geração de emprego é positivo no período.

O salário médio real das pessoas admitidas em maio de 2026 foi R\$ 2.384,10. Valor R\$ 17,97 (0,75%) menor do que abril anterior, mas R\$ 35,98 (+1,5%) acima do que o verificado no mesmo mês em 2025.

Os dados, que mensuram o mercado de trabalho formal, são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e foram divulgados nesta terça-feira em Brasília pelo ministro Luiz Marinho, responsável pela pasta.

De acordo com o Caged, o país teve no mês de maio saldo positivo de 72.260 novas vagas, resultante da diferença entre 2.207.303 admissões e 2.134.343 desligamentos. Os setores mais abriram vagas (saldo positivo) foram:

- Serviços com mais 45.655 vagas,
- Construção com mais 12.096 vagas
- Indústria com mais 4.974 vagas
- Agropecuária com mais 10.205 vagas e
- Comércio com mais 40 vagas.

## ATIVIDADES EM ALTA

O crescimento do setor de Serviços foi impulsionado pelos subsectores de Saúde Humana e Serviços Sociais (mais 14.478 vagas), Atividades Adm., Administrativas e Serviços Complementares (+11.413); Transporte, Armazenagem e Correio (+6.227).

A abertura de vagas na Agropecuária se destaca nas culturas de café (+17.674), Laranja (+2.458); e Cana-de-Açúcar (+828).

No setor de construção civil, a abertura de vagas é puxada por obras de infraestrutura (+8.916).

Na indústria, a abertura de

postos formais se deu especialmente pela fabricação de veículos automotores, rebocadores e carrocerias (+3.232), fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, e de combustível sólido para fabricação de alumínio, o coque (+2.294), e para fabricação de produtos alimentícios (+2.216).

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, as maiores taxas de empregabilidade são serviço doméstico (12,86%), administração pública, defesa e seguridade social (5,41%), construção civil (5,23%) e transporte, armazenagem e correio (1,99%).

## UF

Em maio, o emprego formal aumentou em 22 das 27 unidades da Federação. No mês se destacam São Paulo (com alta de 18.224 vagas), Espírito Santo (+9.532), Rio de Janeiro (+9.195).

O desempenho foi negativo, no entanto, no Rio Grande do Sul (menos 5.657 vagas), Goiás (-2.742), Tocantins (-743), Santa Catarina (-662) e Alagoas (-75). De acordo com Rogério Marinho, o revés tem a ver com a “sazonalidade de setores do agro”.

No caso do RS, a diminuição de postos é atribuída pelo MTE em parte ao agro, por causa do final de safra, e também à imposição de tarifas pelos Estados Unidos a setores como o de couro e calçados.

## BOLSA FAMÍLIA

O ministro Rogério Marinho frisou que as contrações e desligamentos também envolveram beneficiários do programa Bolsa Família. O que contraria afirmações de “empresários, formadores de opinião, influenciadores que dizem que [o programa] é um problema para as pessoas registrarem carteira e não querer o emprego, para não perder o benefício.”

Segundo o ministro, “de janeiro a abril do pessoal que está na Bolsa Família, 1.451.616 pessoas contratadas e desligadas 1.030.000, com saldo de 421 mil pessoas.”

## COMBUSTÍVEL

## Petrobras anuncia mudança no cálculo do preço do gás natural

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras informou que vai passar a utilizar novo mecanismo de cálculo para definir o preço do gás natural vendido às distribuidoras. A nova fórmula foi criada de forma a mitigar “aumentos bruscos” de preços do mercado internacional. Com isso, o próximo reajuste, em 1º de agosto, deve ser de 6% em vez de 22%. A estatal faz a ressalva de que a variação de 6% em agosto é uma “estimativa”.

O novo método de cálculo foi aprovado na quarta-feira passada e divulgado somente ontem.

Por contrato, o preço do gás natural é reajustado pela Petrobras a cada três meses. O último reajuste foi em 1º de maio, em 19,2%, em média.

De acordo com a companhia, a nova fórmula consiste em um mecanismo de proteção à volatilidade dos preços e cria bandas, uma espécie de piso e teto, do valor do barril Brent, referência internacional do petróleo.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto, por ser uma commodity - ma-

téria-prima negociada em grandes quantidades -, tem seu preço definido no mercado internacional. No entanto, com a criação da faixa máxima e mínima de preço, a companhia espera suavizar altas bruscas de preços ao repassar o produto para as distribuidoras no país.

“A medida reduz temporariamente o impacto da alta dos preços, trazendo mais previsibilidade e evitando aumentos bruscos”, explica a estatal em comunicado à imprensa.

## CONTRATO

A companhia esclareceu que a adesão das distribuidoras a essa nova forma de precificação é voluntária, por meio de um aditivo aos contratos de fornecimento de gás natural.

Ainda segundo a empresa, “a iniciativa reforça a atuação com foco nas necessidades dos clientes e confirma a atuação competitiva da Petrobras no mercado aberto de gás natural”.

No comunicado, a empresa lembra que o preço final do gás natural ao consumidor depende de outros fatores, como o custo do transporte, margem de lucro e tributos.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 3º andar, sala 3229, Centro/RJ, CNPJ nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa V2T Soluções Combinadas e Soluções Ltda, CNPJ nº 34.654.415/0001-09, filiados e não filiados, lotados no município que integra sua base territorial, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada por meio virtual em 07/07/2026, às 11h, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, com acesso pelos canais oficiais do sindicato e da empresa, para deliberarem sobre: a) autorização para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2028; b) vigência, data-base e reajuste salarial; c) pisos, benefícios e demais condições econômicas e sociais; d) contribuição assistencial e direito de oposição; e) autorização para assinatura, transmissão, registro e demais atos necessários à formalização do instrumento coletivo. Rio de Janeiro/RJ. Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

## PTR10 Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 20.202.417/0001-44 - NIRE 33.2.1064433-5

**Extrato da 24ª Vigésima Quarta Alteração da Sociedade Empresária**  
Pelo presente instrumento particular, Dulce Pugliese de Godoy Bueno, brasileira, médica, neste ato representada por seu procurador, Sr. Alexandre de Araújo Abreu, brasileiro, contador, na qualidade de sócia quotista e usufrutuária do direito de voto de quotas de nua-propriedade dos sócios quotistas Pedro de Godoy Bueno e Camilla de Godoy Bueno Grossi, abaixo qualificados; Pedro de Godoy Bueno, brasileiro, economista, neste ato representado por seu procurador, Dr. Gilberto João Ferreira da Costa, brasileiro, médico; e Camilla de Godoy Bueno Grossi, brasileira, bióloga, neste ato representada por seu procurador, Sr. Alexandre de Araújo Abreu, brasileiro, contador; Únicos quotistas da sociedade empresária limitada PTR10 Investimentos Imobiliários Ltda., CNPJ/MF nº 20.202.417/0001-44 (“Sociedade”). **Resolvem:** I. 1.1 Verificado que o capital social é desproporcional para as atividades atualmente exercidas pela Sociedade, resolvem, de comum acordo, nos termos em que faculta os arts. 1082, II c/c 1084, ambos do Código Civil vigente, reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 50.654.381,00 para R\$ 39.154.381,00, sendo dita redução no valor de R\$ 11.500.000,00, devendo o valor da redução ser paga aos sócios, conforme itens 1.2 e 1.3 abaixo: 1.2 Em função da redução acima mencionada foi aprovado o cancelamento de 11.500.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, a ser suportado pelos sócios quotistas, conforme segue: (a) cancelamento de 5.635.000 quotas de titularidade da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno, qualificada acima; (b) cancelamento de 2.932.500 quotas de titularidade da sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, qualificada acima; e (c) cancelamento de 2.932.500 quotas de titularidade do sócio Pedro de Godoy Bueno, qualificado acima. 1.3 Em decorrência da redução de capital da Sociedade e do cancelamento de quotas referidos acima, foi aprovada a restituição de capital aos sócios quotistas através da entrega aos sócios do valor total de R\$ 11.500.000,00, da seguinte forma: (a) R\$ 5.635.000,00 a serem entregues à sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno, qualificada acima; (b) R\$ 2.932.500,00 a serem entregues à sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, qualificada acima; e (c) R\$ 2.932.500,00 a serem entregues ao sócio Pedro de Godoy Bueno, qualificado acima. 1.4 Em decorrência das deliberações acima, resolvem os sócios modificar a Cláusula 5ª do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Cláusula 5ª: O capital social da Sociedade é de R\$ 39.154.381,00, em moeda corrente nacional do País, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 39.154.381, quotas, no valor de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: Sócia: Dulce Pugliese de Godoy Bueno; Nº. de quotas: 19.185.647; Valor em R\$: 19.185.647,00. Sócia: Camilla de Godoy Bueno Grossi; Nº. de quotas: 9.984.367; Valor em R\$: 9.984.367,00. Sócio: Pedro de Godoy Bueno; Nº. de quotas: 9.984.367; Valor em R\$: 9.984.367,00. Total do Nº. de quotas: 39.154.381. Total do Valor em R\$: 39.154.381,00. §1º: Com relação ao sócio Pedro de Godoy Bueno, 9.984.367 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. §2º: Com relação à sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, 9.984.367 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. §3º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não respondendo os sócios, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.” **II - Aprovada a consolidação do Contrato Social.** Rio de Janeiro, 29/06/2026.

## PTR11 Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 23.159.463/0001-04 - NIRE 33.2.1064584-6

**Extrato da 24ª Vigésima Quarta Alteração da Sociedade Empresária**  
Pelo presente instrumento particular, Dulce Pugliese de Godoy Bueno, brasileira, médica, neste ato representada por seu procurador, Sr. Alexandre de Araújo Abreu, brasileiro, contador, na qualidade de sócia quotista e usufrutuária do direito de voto de quotas de nua-propriedade dos sócios quotistas Pedro de Godoy Bueno e Camilla de Godoy Bueno Grossi, abaixo qualificados; Pedro de Godoy Bueno, brasileiro, economista, neste ato representado por seu procurador, Dr. Gilberto João Ferreira da Costa, brasileiro, médico; e Camilla de Godoy Bueno Grossi, brasileira, bióloga, neste ato representada por seu procurador, Sr. Alexandre de Araújo Abreu, brasileiro, contador. Representando a totalidade do capital social votante da sociedade empresária limitada PTR11 Investimentos Imobiliários Ltda., CNPJ/MF nº 23.159.463/0001-04 (“Sociedade”); **Resolvem:** I – 1.1 Verificado que o capital social é desproporcional para as atividades atualmente exercidas pela Sociedade, resolvem, de comum acordo, nos termos em que faculta os arts. 1082, II c/c 1084, ambos do Código Civil vigente, reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 35.645.681,00 para R\$ 34.245.681,00, sendo dita redução no valor de R\$ 1.400.000,00, devendo o valor da redução ser pago aos sócios, conforme itens 1.2 e 1.3 abaixo: 1.2 Em função da redução acima mencionada foi aprovado o cancelamento de 1.400.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, a ser suportado pelos sócios quotistas, conforme segue: (a) cancelamento de 686.000 quotas de titularidade da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno, qualificada acima; (b) cancelamento de 357.000 quotas de titularidade da sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, qualificada acima; e (c) cancelamento de 357.000 quotas de titularidade do sócio Pedro de Godoy Bueno, qualificado acima. 1.3 Em decorrência da redução de capital da Sociedade e do cancelamento de quotas referidos acima, foi aprovada a restituição de capital aos sócios quotistas, através da entrega aos sócios do valor total de R\$ 1.400.000,00, da seguinte forma: (a) R\$ 686.000,00 a serem entregues à sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno, qualificada acima; (b) R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais) a serem entregues à sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, qualificada acima; e (c) R\$ 357.000,00 a serem entregues ao sócio Pedro de Godoy Bueno, qualificado acima. 1.4 Em decorrência das deliberações acima, resolvem os sócios modificar a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Cláusula 5ª: O capital social da Sociedade é de R\$ 34.245.681,00, em moeda corrente nacional do País, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 34.245.681 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: Sócia: Dulce Pugliese de Godoy Bueno; Nº. de quotas: 16.780.383; Valor em R\$: 16.780.383,00. Sócio: Pedro de Godoy Bueno; Nº. de quotas: 8.732.649; Valor em R\$: 8.732.649,00. Sócia: Camilla de Godoy Bueno Grossi; Nº. de quotas: 8.732.649; Valor em R\$: 8.732.649,00. Total do nº de quotas: 34.245.681. Total do Valor em R\$: 34.245.681,00. §1º: Com relação ao sócio Pedro de Godoy Bueno, 8.732.649 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. §2º: Com relação à sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, 8.732.649 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. §3º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não respondendo os sócios, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.” **II Aprovada a consolidação do Contrato Social.** Rio de Janeiro, 29/06/2026.



## VIAMOBILIDADE

# Tarcísio diz que vai rever concessão da Linha 17-Ouro

GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo e pré-candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem, que pretende rever o contrato de concessão da Linha 17-Ouro com a ViaMobilidade e descartou novas privatizações de linhas do Metrô paulista. "Já parou para pensar quantas vezes eu já mudei de opinião?", disse.

As declarações foram dadas em coletiva de imprensa após a inauguração da Estação Washington Luís, oitava unidade da Linha 17-Ouro, que liga o Metrô ao Aeroporto de Congonhas, na zona sul da capital paulista. Trata-se da última etapa de entrega da linha pela gestão Tarcísio, que inaugurou o monorail em 31 de março.

"Se houver um reequilíbrio econômico-financeiro com a retirada da Linha 17 da ViaMobilidade, ele será favorável ao Estado, porque se trata de uma linha deficitária", afirmou Tarcísio. Segundo o governador, o ganho decorrente da mudança poderia ser destinado a novos investimentos ou à expansão de outras linhas já operadas pela concessionária.

O chefe do Executivo paulista disse que a possibilidade

de devolver a operação da Linha 17-Ouro ao Metrô está em estudo e disse que novas concessões só serão consideradas quando puderem atrair investimentos ou melhorar o serviço. Segundo ele, o governo também enfrenta dificuldade para trazer operadores estrangeiros e evitar a concentração do sistema nas mãos de poucos grupos.

Após as últimas concessões, o mercado de trilhos privatizados em São Paulo ficou dividido majoritariamente entre duas gigantes: o Grupo Comporte e o Grupo CCR (controlador da ViaQuatro e da Motiva/ViaMobilidade)

"A gente não concede algo por conceder. Não é aquele negócio: 'Eu preciso necessariamente ter a iniciativa privada'", afirmou. "Existe a possibilidade de passar para o Metrô, o Metrô continuar operando, e já está fazendo isso muito bem hoje."

Historicamente, Tarcísio defendeu a ampliação das concessões e privatizações no sistema de transporte sobre trilhos de São Paulo. Desde a campanha de 2022 e no início do mandato, o governador sustentava a transferência à iniciativa privada das linhas então operadas pelo Metrô e pela CPTM.

## GESTÃO RICARDO NUNES

# Trabalhadores denunciam riscos em obras de hospital

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Trabalhadores do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), na capital paulista, denunciam falta de segurança e riscos à saúde de pacientes e empregados por obras feitas sem as proteções necessárias.

Entre as situações denunciadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep) está o isolamento de áreas críticas apenas por plástico preto e fita crepe.

A secretária de Trabalhadores da Saúde do Sindsep, Flávia Anunciação, avalia que a situação é extremamente grave, já que - sem as barreiras adequadas e sem organização conforme a agenda de procedimentos - a obra pode contaminar o ambiente hospitalar, as superfícies e os materiais estéreis.

"Plástico e fita crepe podem ser úteis em determinado tipo de obra em determinado local. Eu garanto para você que dentro de um centro cirúrgico, que é uma área crítica, essa não é a contenção ideal", disse Flávia.

Na avaliação do sindicato, a segurança e o gerenciamento de riscos ocupacionais não estão sendo considerados em nove intervenções feitas nas instalações do hospital.

"Há meses, o hospital é um canteiro de obras, sem que se tenha estabelecido um diálogo com

os trabalhadores, uma pactuação de cronograma ou mesmo ajustes nos fluxos assistenciais à revelia das normas internas do próprio hospital", divulgou o sindicato, em nota.

A prefeitura, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), informou, em nota, que "o Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) passa atualmente por um amplo conjunto de obras para a modernização de suas antigas instalações, previstas para serem concluídas até o final deste ano".

"Os serviços são constantemente acompanhados pelas equipes de Engenharia, Segurança do Trabalho e Controle de Infecção Hospitalar do HSPM", finaliza o documento.

## PLANEJAMENTO

O sindicato dos trabalhadores ressalta que qualquer intervenção na infraestrutura em serviços de saúde exige planejamento rigoroso para não interferir no processo de trabalho nem prejudicar o atendimento. "A obra iniciada no meio do centro cirúrgico está delimitada apenas por plásticos pretos presos com fita crepe, dois meses após a primeira denúncia", relatou o Sindsep.

Flávia Anunciação destaca que a representação dos trabalhadores não é contrária à reforma do hospital, mas sim à maneira como ela está sendo feita.

"Qualquer outro empreendi-

mento que tocasse as obras do jeito que o Hospital do Servidor está fazendo, qualquer hospital do setor privado, estaria fechado", disse, em entrevista à Agência Brasil.

"Em hospital privado, quando você olha o plano de contingência para obras, você vê o deslocamento de um setor para um determinado espaço, então você reforma e só depois retorna [para o espaço original]", disse. "A gente também questiona fazer isso tudo de uma vez só, sem um plano de contingência muito bem estruturado."

## CONTAMINAÇÃO

Um dos riscos apontados é a contaminação pelo resíduo gerado na obra, um pó fino que pode causar problemas respiratórios e maior risco de infecção.

"O próprio instrumental do hospital prevê o uso de drywall dependendo do setor. Se precisar fazer corte de peças de cerâmica pode ser usada uma makita [serra elétrica] que solte água, para reduzir o pó produzido no local. Mas o que tem é plástico, madeirite e fita crepe", relatou Flávia.

A denúncia do Sindsep detalha que a poeira no ambiente hospitalar pode carregar o Aspergillus, um gênero de fungo muito comum no ambiente, cujos esporos podem causar infecções respiratórias graves, conhecidas como aspergilose. Segundo informações do Ministério da Saúde, o ambiente hospitalar está relacionado com a transmissão da aspergilose nos indivíduos imunocomprometidos, podendo causar

inclusive o óbito.

"A transmissão ocorre pela inalação de esporos do fungo presentes no sistema de ventilação contaminado, uso de chuveiros, contato direto com roupas ou objetos contaminados e ar contaminado por obras ou reformas no ambiente hospitalar", diz material informativo no site da pasta.

As reclamações incluem ainda ruído excessivo. "Não tem nenhuma contenção para ruído. [Tem] ruído em áreas onde os pacientes estão internados, em enfermaria. Tem fotos em que a obra está acontecendo e no fundo está a pediatria e a UTI pediátrica. E os trabalhadores reclamando: tem pó, tem ruído, o pó chega aqui. Você imagina alguém dentro de uma UTI e a poeira, o risco é de contaminação", disse Flávia.

## SITUAÇÕES

Em abril, o Sindsep já havia divulgado imagens denunciando tais situações na obra do Hospital do Servidor. Na ocasião, foi registrado um grande vazamento de água descendo pelo teto de um dos andares e pelos elevadores.

"O terceiro andar alagado, trabalhadores da reforma sem saber o que fazer, pacientes tentando desviar, servidores do andar puxando água com rodos, tirando mobiliário e buscando reduzir danos aos pacientes. Macas sendo transportadas com pacientes no meio da água. Quatro dos sete elevadores paralisados", denunciou o sindicato na época.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA CLASSE SUBORDINADA E DE SÉRIE ÚNICA DA CLASSE SÊNIOR DA 51ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Da Classe Subordinada E De Série Única Da Classe Sênior Da 51ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Classe Subordinada e de Série Única da Classe Sênior da 51ª Emissão da Securitizadora Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Nova Edição Compêndios e Palestras LTDA, Deputada de Participações Ltda., e Século XXI Comercial e Participações Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 20 de julho de 2026, às 15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 28 de julho de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Titulares dos CRA será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2026; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br) com cópia para o e-mail [assembleias@pentagontrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagontrustee.com.br) indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI HABIBS 159", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a praxeação com os poderes específicos de representação a serem exercidos; e (iii) no caso de Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 27 de junho de 2026. Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIAS DA 159ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quingüagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quingüagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Direitos Creditórios Devidos Pela Atrium Participações Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de waiver a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado do Não Automático, conforme disposto na Cláusula 8.2, subitem (I) do "Instrumento Particular Da 6ª (Sexta) Emissão De Notas Comerciais, Com Garantias Real E Fiduciária, Em Duas Séries, Para Colocação Privada, Da Atrium Participações Ltda." (Nota Comercial), em decorrência do descumprimento da obrigação da Emitente enviada à Securitizadora, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais, conforme aplicável, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, nos termos da Cláusula 9.2, subitem (I), alínea (a) da Nota Comercial; (II) Aprovar a concessão de waiver a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme disposto na Cláusula 8.2, subitem (I) da Nota Comercial, em decorrência do descumprimento da obrigação da Emitente enviada à Securitizadora, declarada assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Devedora, na forma do seu contrato social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas nos Documentos da Operação; e (b) a não ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 9.2, subitem (II), alínea (g) da Nota Comercial; (III) Caso aprovados os itens (I) e (II) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de até 31 de julho de 2026, para que as obrigações sejam devidamente cumpridas; e (IV) Aprovar a liberação das unidades A 101 e C 105, objeto das matrículas de nº 175.447 e nº 175.465, respectivamente, registradas no 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, constituídas como garantia da Emissão, a ser formalizada pela Securitizadora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia. Fica consignado que, após a liberação das unidades objeto da presente deliberação, a Razão de Garantia deverá permanecer devidamente enquadrada, observados os parâmetros e critérios previstos nos Documentos da Operação. (V) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [assembleias@bolsaonline.com.br](mailto:assembleias@bolsaonline.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br) indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a praxeação com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 01 de julho de 2026. Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 153ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da Série Única da 153ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo De Securitização De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da 153ª Emissão, Em Série Única, Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Por Antônio Cavalcanti Correa De Araújo. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 29 de julho de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2026; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [agente.fiduciario@vorb.com.br](mailto:agente.fiduciario@vorb.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br) indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA Ovos Enalvis (153)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a praxeação com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 27 de junho de 2026. Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA 161ª EMISSÃO, EM 2ª (DUAS) SÉRIAS, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 2ª (duas) séries, da 161ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41 a 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto "Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 161ª Emissão, em 2ª (duas) séries, da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Etenity Barueri Empreendimentos SPE Ltda." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores dos CRA, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 16:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 29 de julho de 2026, às 16:00 horas de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 (trinta e um) de março de 2026; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRA para o e-mail [agente.fiduciario@vorb.com.br](mailto:agente.fiduciario@vorb.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br) indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRA - 1ª (primeira) convocação", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a praxeação com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRA. A instrução de voto deverá: (I) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (II) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (III) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRA. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 27 de junho de 2026. Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 140ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 140ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41 a 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto "Termo de Securitização de Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Série Única, Da 140ª (Centésima Quingüagésima) Emissão Da Canal Companhia De Securitização Com Lastro Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Pela Cia. Agropecuária Monte Alegre". ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores dos CRA, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 13:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 29 de julho de 2026, às 13:00 horas de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 (trinta e um) de março de 2026; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária. Instruções Gerais: A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRA para o e-mail [assembleias@bolsaonline.com.br](mailto:assembleias@bolsaonline.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br) indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRA NOME E Nº OPERAÇÃO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a praxeação com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRA. A instrução de voto deverá: (I) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (II) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (III) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRA. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 27 de junho de 2026. Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização



## TRAMA CONTRA O PAÍS

## PT aciona PGR contra Flávio Bolsonaro após carta de Marco Rubio

RAISA TOLEDO/AE

O PT apresentou ontem, uma representação criminal contra o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Os documentos foram encaminhados à Procuradoria-Geral da República (PGR), sede administrativa do Ministério Público Federal (MPF), e pedem que o MPF investigue se Flávio cometeu os crimes de corrupção passiva, crimes contra a soberania nacional e violação de sigilo funcional.

A representação tem como base uma carta enviada a ele pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio. O PT destaca trecho do texto em que Rubio agradece Flávio por colocar uma equipe de transição "à disposição" dos EUA caso eleito em 2026 e o elogia por seu "apoio" à decisão do governo Trump de classificar facções criminosas brasileiras como organizações terroristas.

As investigações teriam o objetivo de averiguar se o parlamentar solicitou "auxílio indevido em sua campanha eleitoral ou qualquer outra vantagem indevida, em troca da promessa de compartilhar dados sensíveis obtidos pelo processo de transição".

Segundo o PT, o conteúdo da carta de Rubio indica que Flávio manteve tratativas diretas com o governo norte-americano em temas de interesse do Estado brasileiro, o que configuraria afronta à soberania nacional.

"O conteúdo expõe, com clareza, que houve tratativa direta entre um parlamentar brasileiro e potência estrangeira, na qual o agente público nacional parece ter oferecido, como contrapartida ou gesto de aproximação e auxílio em campanha eleitoral por Estado estrangeiro, dados e informações tratadas como sigilosas pelo Estado brasileiro", diz o documento, que considerou que o senador "afirmou-se certo de sua vitória no pleito presidencial de 2026".

O Partido dos Trabalhadores argumenta que integrantes de uma equipe de transição têm acesso a informações estratégicas da administração federal e que esses dados não poderiam ser objeto de nego-

ciação com outro País.

"Vale destacar que em diversas oportunidades o Representado manifestou o interesse em obter auxílio de representantes estrangeiros em sua eleição", afirma.

Além da abertura de inquérito policial, o documento protocolado pede que seja requisitados o inteiro teor da carta firmada por Marco Rubio, do ofício remetido por Flávio Bolsonaro e de eventuais demais comunicações mantidas entre o senador e autoridades estrangeiras.

Também requer apuração sobre se, em razão do cargo de senador, ele teve acesso a informações classificadas como sigilosas e se "tais informações foram, ou seriam", compartilhadas com governo estrangeiro.

No início do mês, Flávio disse ter enviado a Rubio uma carta pedindo que os EUA desistissem de impor novas tarifas a produtos brasileiros. A missiva do secretário de Estado americano, datada de 23 de junho, reitera o tarifaço e inclui um agradecimento à agenda cumprida por Flávio Bolsonaro em Washington no fim do mês de maio.

Em 16 de junho, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o irmão de Flávio, Eduardo Bolsonaro, por coação no curso do processo. De forma unânime, os ministros avaliaram que o ex-deputado atuou para estimular sanções dos EUA, onde mora, contra autoridades brasileiras para criar um ambiente de pressão e intimidação sobre os integrantes da Corte.

Segundo a acusação, feita pela PGR, o objetivo era interferir no julgamento da trama golpista, que levou à condenação de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e dificultar sua responsabilização. Foram citadas a articulação para suspensão de vistos de integrantes do Supremo pelos Estados Unidos, a defesa da aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes e o apoio a medidas tarifárias contra o Brasil.

Ele foi sentenciado a quatro anos e dois meses de prisão, em regime inicial semiaberto. A Defensoria Pública da União, que faz sua defesa após ele não apontar advogado, ainda pode recorrer.

## PARALISAÇÃO

## Rodoviários mantêm greve após assembleia com confusão no Rio

Manifestantes depredaram ao menos cinco ônibus depois da greve dos rodoviários ser mantida em uma assembleia na tarde desta terça-feira, no centro do Rio de Janeiro.

A greve dos rodoviários entrou no segundo dia. Uma audiência de conciliação entre o Sindicato dos Rodoviários e o Rio Ônibus terminou sem acordo, e uma nova rodada de negociações foi agendada para a próxima segunda-feira, por sugestão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O início da assembleia foi marcado por uma primeira votação que aprovou o estado de greve, que permitiria o retorno das atividades nesta quarta-feira. A decisão, porém, gerou reação entre parte da categoria que defendia a continuidade da paralisação. Os insatisfeitos chegaram a cercar o carro do sindicato e arremessaram ovos durante o protesto.

O Rio Ônibus, sindicato que representa as empresas de ônibus da capital, informou que todas as garagens permanecem abertas e aptas para a saída dos coletivos. Segundo a entidade, mais de 1 mil ônibus já circulavam no início da manhã desta terça-feira, número superior ao registrado no mesmo horário do primeiro dia de paralisação.

O impasse envolve as negociações da campanha salarial entre o Sindicato dos Rodoviários e as empresas de ônibus. Entre as principais reivindicações da categoria estão o piso salarial de R\$ 4 mil para motoristas de ônibus convencionais e de R\$ 5 mil para os condutores de veículos articulados.

Os rodoviários também pedem vale-alimentação de R\$ 1 mil, plano de saúde e odontológico, jornada 5x2, manutenção do passe livre, indenização pelo intervalo de almoço e a substituição dos contratos temporários do Mobi-Rio por vínculos sob o regime CLT

## CÚPULA

# Lula defende acordo do Mercosul com China

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul realizada ontem, em Assunção, no Paraguai, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu que o bloco sul-americano inicie negociações com a China para um acordo de comércio com o gigante asiático.

"O Mercosul está avançando nos diálogos com Canadá, Índia e Vietnã. Nesta cúpula, daremos mais um passo ao lançar as negociações de uma parceria econômica com o Japão. Em breve, queremos fazer o mesmo com a China e seguir nos aproximando dos mercados mais dinâmicos do planeta", disse.

O presidente brasileiro aproveitou ainda a fala durante a cúpula do Mercosul para criticar o que chamou de "alinhamento automático" e "escolhas excludentes".

"Ninguém é dono do mundo. E ninguém é dono da América do Sul. Nenhum país do Mercosul ganhará mais liberdade de ação por meio de alinhamentos automáticos ou escolhas excludentes", disse.

A cúpula do Mercosul desta semana reuniu os chefes de Estado do Chile, Paraguai, Uruguai, Equador e Bolívia, e marca o fim da presidência do Paraguai no bloco e o início da presidência do Uruguai pelos próximos seis meses.

Antes da sua fala, Lula pediu um minuto de silêncio em homenagem aos mortos pelos terremotos na Venezuela. Em seguida, defendeu a importância econômica e política dos 35 anos do Mercosul em meio a um mundo cada vez mais protecionista, com mais guerras e aumento das ações unilaterais.

"A fragmentação da economia mundial impõe severos desafios ao comércio, aos investimentos e ao desenvolvimento sustentável. Na atual conjuntura, o Mercosul é uma necessidade estratégica", destacou o presidente brasileiro.

Lula lembrou que, entre 1991 e 2025, o comércio intrabloco



ROBERTO STUCKERT/PR

cresceu de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 50 bilhões, com as exportações crescendo 6% só em 2025, alcançando US\$ 770 bilhões.

"O Mercosul permanece como o principal espaço institucional em uma região cada vez mais polarizada. O projeto de integração sul-americano deve estar acima de qualquer divergência ideológica. A melhor opção é fortalecer nossos mecanismos de diálogo e cooperação e ampliar nossa capacidade de atuação conjunta", disse o presidente.

A única ausência na cúpula do Mercosul, entre os estados membros, foi do presidente da Argentina, Javier Milei. Ele cancelou de última hora a viagem à Assunção, em meio à renúncia do chefe de gabinete da Casa Rosada, Manuel Adorni, envolvido em escândalos de corrupção por suposto enriquecimento ilícito.

## FUNDO DO MERCOSUL

Entre os debates da atual cúpula do Mercosul, está a criação do novo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em substituição ao atual, considerado insuficiente.

O Brasil anunciou que vai

destinar US\$ 100 milhões, por ano, ao novo Focem. O mecanismo foi criado em 2004 para reduzir as desigualdades entre os países do bloco sul-americano.

"Estamos prontos para passar ao Focem 2 e aumentar a contribuição brasileira com aporte de US\$ 100 milhões anuais ao longo de uma década. Incorporar a Bolívia ao fundo será um passo adicional para reduzir as assimetrias entre blocos", disse Lula.

O Brasil tem cobrado que a Argentina também aumente a contribuição para o Focem. O Paraguai tem defendido que o Fundo tenha aportes 50% superiores ao Fundo antigo.

Desde sua criação, o Fundo financiou mais de mil quilômetros de rodovias, 680 km de ferrovias, 750 km de linhas de transmissão de energia e 100 km de redes de saneamento básico.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Na área de segurança, o Brasil apresentou proposta de pacto regional de combate ao feminicídio e à violência contra as mulheres e destacou a implementação, em Buenos Aires, na Argentina, de escritório regional da In-

terpol para o combate ao crime organizado.

"O Brasil vai custear a presença de delegados dos 12 países da região na capital argentina por um ano, para ampliar a coordenação no combate ao tráfico internacional de drogas e ao crime organizado", destacou.

Além do início das negociações com o Japão e o avanço nas negociações comerciais com Canadá, Vietnã e Índia, o Mercosul avançou, nos últimos meses, para reconhecimento da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) como documento válido para ingresso nos países do Mercosul e Estados associados.

## O MERCOSUL

São Estados-membros do Mercosul a Argentina, a Bolívia (em processo de adesão), o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela (suspensa). São Estados associados o Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Panamá, Peru e Suriname.

O Mercosul reúne 73% do território sul-americano, cerca de 65% da população da região e responde por aproximadamente 70% do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul.

## TERREMOTOS

## 'Ajuda brasileira não será episódica', diz Múcio em visita à Venezuela

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, se reuniu, ontem, em Caracas, com a presidenta encarregada da Venezuela, Delcy Rodríguez, e com o ministro da Defesa venezuelano, Gustavo Gonzáles López.

O encontro ocorreu sete dias após sucessivos terremotos atingirem a Venezuela, causando mortes e estragos por todo o país. Até o início desta tarde, o número de mortos passava de 1,94 mil pessoas, segundo autoridades locais.

"Estamos aqui irmanados neste momento difícil", disse Monteiro a jornalistas, pouco antes de ser recebido por Delcy Rodríguez, com quem conversou sobre a forma como o Brasil pode ajudar a população e as forças venezuelanas de resgate e assistência.

"Evidentemente, a gente sabe que tudo é necessário, mas preci-

samos organizar esta ajuda a fim de que possamos participar mais", comentou Monteiro.

O ministro explicou que a presença de representantes da Caixa e do Ministério das Cidades no local indica a intenção brasileira de ajudar a Venezuela também na posterior reconstrução das áreas atingidas pelo duplo terremoto do último dia 24 e dos tremores de terra posteriores.

"Temos dois momentos: primeiro é a emergência, de salvar vidas e detectar onde estão os problemas. O segundo é a reconstrução", destacou Monteiro. Ele esclareceu que, se necessário, a possibilidade de o Brasil prestar algum tipo de ajuda financeira a Venezuela será analisada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## AJUDA

Acompanhado pelo ministro da Defesa venezuelano, Monteiro

visitou a base operacional e o hospital de campanha que o governo brasileiro montou na cidade de La Guaira, no estado de Vargas, local mais afetado pelos terremotos.

Além de doar purificadores de água ao governo venezuelano, o brasileiro confirmou a chegada, ainda hoje, do quinto voo humanitário enviado pelo governo federal.

O cargueiro KC-30, do Segundo Grupo de Transporte da Força Aérea Brasileira (FAB), decolou da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, às 12h10. Antes de seguir para Caracas, a aeronave pousou na Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos (SP), onde foram embarcadas cerca de 5,5 toneladas de insumos, incluindo medicamentos e testes rápidos, doados pelo Ministério da Saúde.

Além disso, o voo leva equipamentos para a expansão do hospital de campanha montado em La Guaira. De acordo com o

ministro brasileiro, a unidade provisória será ampliada a partir de hoje.

"Estamos trazendo mais módulos; o hospital terá mais medicamentos para a população venezuelana e viemos aqui para dizer que a ajuda brasileira não será episódica", acrescentou o ministro.

Monteiro disse que pediu a Delcy Rodríguez e a Gustavo Gonzáles López que, tão logo seja possível, elaborem uma lista das principais necessidades com as quais o Brasil pode ajudar.

O avião militar brasileiro a caminho da Venezuela também está transportando profissionais de saúde militares e técnicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), munidos de analisadores de espectro e de antenas direcionais de alta sensibilidade, utilizados para localizar sinais de celulares sob os escombros.

## Nota

### APÓS PRESSÃO NAS REDES, ROMÁRIO ABRE MÃO DO SALÁRIO DE SENADOR DURANTE A COPA DO MUNDO

O senador Romário (PL-RJ) anunciou ontem, que irá abrir mão do salário dele como parlamentar durante a Copa do Mundo. No ofício enviado, Romário pede que sejam adotadas providências administrativas para que não seja paga a remuneração pelo período entre 11 de junho e 19 de julho - datas do primeiro e do último dia da competição. "Foi uma escolha minha. Continuarei

trabalhando normalmente e acompanhando as votações", disse Romário, que vinha sendo pressionado em publicações nas redes sociais pelo fato de manter o mandato ao mesmo tempo em que exerce a atividade parlamentar diretamente dos Estados Unidos. Um senador da República hoje recebe R\$ 46.366,19 por mês. O ex-jogador viajou para os Estados Unidos, onde comenta jogos da Seleção na CazéTV, que transmite os jogos da Copa do Mundo. Ele também escreve uma coluna sobre a competição para o jornal O Globo.

## JUÍZES CONDENADOS

# Supremo mantém fim da aposentadoria compulsória

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter a decisão que acabou com a aposentadoria compulsória como pena máxima aos magistrados condenados por faltas disciplinares graves, como venda de sentenças, assédio sexual e moral, entre outras.

No dia 16 de março, o ministro Flávio Dino, relator do caso, determinou o fim da aposentadoria compulsória e alegou que a reforma da Previdência de 2019 deixou de prever o benefí-

cio previdenciário. Além disso, Dino disse que a pena beneficia os magistrados condenados. Em seguida, a decisão foi confirmada pela própria turma.

Pelo entendimento, após condenação à pena máxima pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Advocacia-Geral da União (AGU) deverá entrar com uma ação no Supremo para que o magistrado tenha a perda do cargo analisada pela Corte.

Na sessão de hoje, por unanimidade, o colegiado rejeitou recurso protocolado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão contestou a competência do STF para julgar

ação que deverá ser proposta pela AGU, a competência do órgão para protocolar a ação, além do esvaziamento da garantia da vitaliciedade de juízes e promotores.

Os votos foram proferidos pelo relator e pelos ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia.

## PUNIÇÕES

Em 20 anos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) condenou 126 magistrados à aposentadoria compulsória.

O CNJ foi criado em 2005 e é responsável pelo julgamento de faltas disciplinares cometi-

das por juízes e desembargadores.

Ao longo da história, o CNJ aplicou a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). A norma definiu que são penas disciplinares a advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, a punição mais grave.

Antes da decisão do Supremo, magistrados mantinham o recebimento mensal dos vencimentos após a condenação pelo órgão.

## GESTÃO TARCISIO

# Estado de SP registra crescimento de casos de feminicídios em 2026

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Entre janeiro e maio deste ano, o estado de São Paulo registrou um aumento nos casos de feminicídio, puxado principalmente pelos assassinatos de mulheres ocorridos no interior paulista. Nesse período foram contabilizadas 124 ocorrências de feminicídios no território paulista, contra 107 que foram registradas no mesmo período do ano passado. Grande parte dessas mortes ocorreram no interior, com 85 notificações. Os dados foram divulgados na tarde de ontem pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo.

O feminicídio é todo assassinato de mulher caracterizado por violência doméstica ou familiar ou que ocorre por menosprezo e discriminação à condição de mulher. Para a secretária, os dados acumulados do ano "mostram que o enfrentamento ao feminicídio segue como um desafio permanente para as forças de segurança e para toda a rede de proteção às mulheres."

Considerando-se apenas o mês de maio, no entanto, houve queda nos casos de feminicídio,

que passaram de 26 para 18 notificações na comparação com o mesmo mês do ano passado. A redução foi mais expressiva nos municípios do interior do estado, que passaram de 15 ocorrências para nove.

"Nenhum caso de feminicídio é aceitável. Por isso, temos investido em ações preventivas, no fortalecimento dos canais de atendimento e na capacitação permanente dos policiais para acolher e proteger as vítimas. A redução registrada em maio é um resultado importante, mas seguimos atuando de forma incansável para preservar vidas e garantir que as mulheres se sintam seguras para denunciar qualquer tipo de violência", disse a coronel Glauce Anselmo Cavalli, comandante-geral da Polícia Militar.

Para a delegada Cristiane Braga, que coordena as Delegacias de Defesa da Mulher do estado de São Paulo, é preciso incentivar as pessoas a denunciar a violência doméstica e familiar.

"O feminicídio normalmente é o último estágio de uma sequência de violências que, muitas vezes, já vinha sendo praticada contra a mulher. Se não há denúncia,

não temos como saber que há um problema ali", disse em nota.

"Quanto mais cedo essa vítima consegue acessar os canais de atendimento e denunciar o agressor, maiores são as chances de interromper esse ciclo e evitar uma tragédia. Por isso, trabalhamos continuamente para ampliar o acesso das mulheres aos serviços especializados e garantir que elas encontrem acolhimento e proteção", acrescentou a delegada.

## ESTUPROS

Além dos feminicídios, o estado de São Paulo também registrou aumento no total de estupro entre janeiro e maio deste ano.

Neste mesmo período do ano passado, o estado havia recebido um total de 6.219 notificações relacionadas a esse tipo de crime. Neste ano, o total passou para 6.500 ocorrências. Só no mês de maio foram registradas 1.320 ocorrências, contra 1.183 casos notificados em 2025.

## HOMICÍDIOS

Em maio deste ano, o estado de São Paulo registrou 163 homicídios dolosos ou intencionais, menor número para o mês da sé-

rie histórica, iniciada em 2001. No mesmo mês do ano passado foram contabilizados 190 casos.

No acumulado do ano, entre janeiro e maio, o estado somou 970 ocorrências, o menor patamar da série e a primeira vez que o indicador ficou abaixo de mil casos durante esse intervalo. Em 2025, foram registradas 1.028 ocorrências de homicídios nesse mesmo período.

"A redução consistente dos índices criminais em São Paulo é resultado direto de uma atuação orientada por dados", disse, em nota, o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves. "Intensificamos o combate ao crime organizado em todas as regiões, ampliamos o uso de tecnologia e fortalecemos o trabalho integrado das polícias."

Quanto aos latrocínios – os chamados roubos seguidos de morte, eles se mantiveram estáveis no resultado do mês, com sete ocorrências, mesmo número registrado em maio do ano passado. No acumulado do ano, houve queda nesse indicador, que passou de 58 ocorrências em 2025 para 38 entre janeiro e maio deste ano.

## BENEFÍCIOS

# Senado deve votar PEC da aposentadoria de agentes até 15 de julho

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou ontem que a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, que cria regras específicas de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, deverá ser concluída até 15 de julho, antes do início do recesso parlamentar.

A proposta reduz a idade mínima para aposentadoria dessas categorias para 57 anos, no caso das mulheres, e 60 anos para os homens, desde que sejam comprovados 25 anos de contribuição e de efetivo exercício da atividade profissional. O texto também estabelece regras permanentes e transitórias de aposentadoria, disciplina a forma de contratação dos profissionais, prevê assistência financeira complementar da União e estende as novas regras aos agentes indígenas de saúde e aos agentes indígenas de saneamento.

Aprovada pela Câmara dos Deputados em 2025, a PEC gerou preocupação no governo em razão do impacto nas contas públicas. De acordo com os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, a proposta poderá gerar impacto anual de R\$ 3 bilhões no Orçamento.

O texto prevê assistência financeira complementar da União a estados, ao Distrito Federal e aos municípios para compensar o aumento das despesas dos regimes próprios de previdência. Também determina repasses ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para compensar o impacto das aposentadorias concedidas com base nas novas regras.

As regras valerão tanto para os profissionais vinculados ao

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) quanto para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Atualmente, essas categorias seguem as regras gerais de aposentadoria, que preveem idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

Ao comentar as críticas relacionadas ao impacto fiscal, Alcolumbre afirmou que o Congresso já aprovou medidas que flexibilizaram regras fiscais para atender outras demandas e defendeu a votação da proposta.

## TRAMITAÇÃO

Segundo Alcolumbre, a proposta seguirá o rito regimental. Nesta terça-feira, a PEC passou pela primeira das cinco sessões de discussão em primeiro turno. Após esse período, o presidente do Senado pretende colocar em votação um requerimento de calendário especial para suprimir as três sessões restantes entre o primeiro e o segundo turnos, permitindo a conclusão da votação e a promulgação da emenda antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 18 de julho.

"Não vou tirar a proposta de deliberação. Não vou votar o calendário especial para a gente quebrar o interstício. Vou ouvir cinco sessões; quando eu ouvir cinco sessões, vou botar em votação o requerimento do calendário especial para a gente suprimir as outras três, fazer a votação do segundo turno e marcar a sessão de promulgação", afirmou.

O relator da proposta, senador Irajá (PSD-TO), defendeu a aprovação da PEC antes das eleições de outubro.

## PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

# Alcolumbre: Senado pedirá ao Judiciário por prerrogativas de Wagner

LULA MARQUES/ABRASIL



VICTOR OHANA/AE

atividade parlamentar", declarou.

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) (foto), informou que a Advocacia da casa legislativa prepara um recurso ao Judiciário em defesa de prerrogativas parlamentares no caso do senador Jaques Wagner (PT-BA), investigado no âmbito do processo do Banco Master e afastado da liderança do governo.

Em pronunciamento ao Senado ontem, Alcolumbre disse que, após a nona fase da Operação Compliance Zero, conversou com Wagner. O presidente do Senado afirmou que tem uma relação de cordialidade, respeito e admiração com o petista e defendeu a sua presunção de inocência.

"Algumas decisões que foram tomadas pelo Judiciário estão diminuindo a condição do mandato do senador. Foram decisões de bloqueio de contas, de bloqueio de verbas de utilização do exercício da

Alcolumbre acrescentou: "Todas essas decisões do Judiciário que estão ferindo o exercício da atividade do senador Jaques Wagner, quero comunicar ao Brasil que a Advocacia do Senado Federal, em duas reuniões que tivemos, e teremos uma amanhã, nós vamos tratar institucionalmente dos recursos necessários para o restabelecimento das prerrogativas".

O presidente do Senado afirmou que "não está correta a criminalização da política brasileira" e que todos os brasileiros devem ser considerados inocentes.

"A Advocacia do Senado está preparando todas as peças jurídicas para que a instituição Senado da República ingresse como parte dessa ação, solicitando ao Judiciário brasileiro que possa restabelecer o bom e efetivo exercício do mandato do senador da República Jaques Wagner."

## DOENÇA

# Estado de São Paulo já contabiliza sete casos de sarampo neste ano

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Dois novos casos de sarampo foram confirmados na capital paulista na noite desta terça-feira pela Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo. Só neste ano, o estado já contabiliza sete casos da doença.

Segundo a pasta, os dois novos casos foram registrados em região próxima à cidade de Guarulhos e se referem a um bebê de 6 meses e a uma mulher de 20 anos, mãe de um dos bebês com sarampo cujo caso foi confirmado na semana passada.

Na última semana, o governo estadual já havia confirmado outros três casos da doença, também na capital paulista, todos em bebês entre 6 meses e 1 ano de idade. As ocorrências estão sendo

investigadas para identificar a origem da infecção.

Diante desse cenário epidemiológico, a secretária recomendou a aplicação da chamada dose zero da vacina tríplice viral para bebês de 6 a 11 meses e 29 dias na capital paulista e em Guarulhos. Pelo calendário regular, as crianças só recebem a primeira dose ao completar 1 ano.

A dose zero é uma estratégia adicional de proteção e não substitui as doses previstas no Calendário Nacional de Vacinação. Portanto, mesmo que a criança receba a dose zero entre 6 e 11 meses, deverá manter o esquema de rotina, com a primeira dose da tríplice viral aos 12 meses e a segunda dose, preferencialmente com a vacina tetraviral, aos 15 meses.

A orientação da Secretaria da

Saúde é que a população do estado procure a unidade de saúde mais próxima de sua residência para verificar a situação vacinal e atualizar a imunização. Atualmente, a cobertura vacinal contra o sarampo no estado é de 85,32% para a primeira dose e de 72,06% para a segunda dose.

Qualquer pessoa com até 59 anos que não tenha comprovante de imunização ou não tenha completado o esquema vacinal deve atualizar a carteira de vacinação.

## DOENÇA INFECCIOSA

O sarampo é uma doença infecciosa altamente contagiosa e que já foi uma das principais causas de mortalidade infantil no mundo. A transmissão do vírus ocorre de pessoa a pessoa, por via

aérea, seja ao tossir, espirrar, falar ou respirar.

O sarampo é tão contagioso que uma pessoa infectada pode transmitir a doença para 90% das pessoas próximas e que não estejam imunes. Por isso, a vacinação contra o sarampo, que é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é extremamente importante. A vacinação é a principal forma de prevenção contra a doença.

Os principais sintomas da doença são manchas vermelhas no corpo e febre alta, acompanhada de tosse, conjuntivite, nariz escorrendo ou mal-estar intenso. Os casos podem evoluir para complicações graves podendo causar diarreia intensa, infecções de ouvido, cegueira, pneumonia e encefalite (inflamação do cérebro).

## Nota

## PF ENCONTRA R\$ 450 MIL ESCONDIDOS EMBAIXO DE SOFÁ DURANTE OPERAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

A Polícia Federal encontrou R\$ 450 mil embaixo de um sofá durante uma operação para combater lavagem de dinheiro público da área da saúde na manhã de ontem, no Rio de Janeiro. O dinheiro em espécie estava escondido em uma das salas de empresa vinculada ao principal investigado, em Xerém. Os policiais federais cumprem 14 mandados de busca e apreensão,

sendo 10 expedidos pela 6ª Vara Federal Criminal e outros quatro expedidos pelo TRF2, já que alguns dos investigados têm foro privilegiado. A ação faz parte da 2ª fase da Operação Anafóra e tem como objetivo combater a lavagem de dinheiro do desvio de recurso públicos. Os mandados são cumpridos em endereços ligados aos investigados nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias. De acordo com a PF, a "apuração dos atos de lavagem foi aprofundada após a deflagração da primeira fase da operação, no ano de 2022.

**PRESSÃO EM ALCOLUMBRE**

# Ato abre mobilização para pressionar Senado pelo fim da escala 6x1

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

“Nós estamos cansados!”. O desabafo é da operadora de caixa Fátima Dantas de Souza Alves, que participou, na manhã de ontem, de uma manifestação, no Rio de Janeiro, que abriu o Dia Nacional de Mobilização pela redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1.

A mulher negra, de 22 anos, que trabalha em pé, oito horas por dia, diz que o fim da atual escala de trabalho, de apenas um dia de folga na semana, representaria “diversos alívios”.

“Tempo para cuidado físico, mental, da minha casa, da minha família, passar mais tempo com eles. Hoje eu não tenho tempo de qualidade com a minha família. Não tenho tempo de cuidar da minha saúde”, relatou Fátima, que sonha entrar na faculdade e se tornar professora.

A manifestação da qual a operadora de caixa participou teve a presença de centenas de pessoas, com bandeiras e faixas, que percorreram cerca de 6 quilômetros, incluindo trechos da Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso à região central da capital fluminense. Uma caminhada de quase duas horas.

**EM 21 CIDADES**

A mobilização faz parte de um dia nacional de jornadas, articulado por organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e as frentes populares Povo Sem Medo e Brasil Popular.

Estão previstos para esta terça-feira atos em 21 cidades de 14 estados e no Distrito Federal. Os ativistas querem pressionar pela tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que reduz a carga horária semanal de 44 para 40 horas e prevê dois dias de repouso semanal remunerado, sem qualquer redução salarial.

**TRAMITAÇÃO DA PEC**

A PEC foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 27 de maio. No entanto, desde então, está parada no Senado, aguardando despacho do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP).

Caso o Senado aprove o texto sem alterações de mérito, a proposta segue para promulgação pelo Congresso. Porém, se os senadores fizerem mudanças, a PEC voltará para nova análise na Câmara.

No início de junho, Alcolumbre declarou que a PEC deveria ser analisada “sem pressa” e que poderia haver “melhorias” no texto.

O ativista Leonardo Guimarães, da Frente Brasil Popular, informou que centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais têm um encontro marcado para quarta-feira (1º) com Davi Alcolumbre “para destravar a pauta do fim da escala 6x1”.

A CUT criou o site Na Pressão, para que a população

possa pressionar os parlamentares, por meio de envio de mensagens.

O vereador no Rio de Janeiro Rick Azevedo (PSOL), criador do VAT e um dos articuladores nacionais do movimento contra a escala 6x1, classifica a virada de semestre como “momento crucial para os trabalhadores brasileiros”.

Ele criticou o senador Alcolumbre por não dar seguimento célere à tramitação e disse que a classe trabalhadora “não recuará”.

“Hoje não se trata mais só de um balconista de farmácia querendo o fim da escala 6x1. O recado concreto que a gente pode dar hoje é que nós não vamos desistir”, disse à Agência Brasil, fazendo referência à profissão anterior dele, quando divulgou um vídeo que viralizou nas redes sociais e uniu parte da população pela mudança trabalhista.

“O décimo terceiro salário, as férias remuneradas, licença-maternidade, entre outros direitos, foram conquistas da classe trabalhadora. A gente também vai conquistar o fim da escala 6x1.”

**APOIO DA POPULAÇÃO**

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Gabriel Siqueira, acrescenta que a manifestação recebeu apoio de populares que cruzaram com os ativistas e também manifestou solidariedade a diversas categorias, como os motoristas de ônibus da capital fluminense, que entraram no segundo dia de greve nesta terça-feira.

“Durante todo o percurso, fomos muito bem recebidos pelos trabalhadores, o que mostra que essa luta já ganhou o apoio da classe trabalhadora brasileira”, avalia.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, Márcio Ayer, lembra que a categoria é uma das mais expostas à escala de apenas uma folga por semana.

Ele sustenta que, com mais dias de descanso, os funcionários terão também maior dedicação ao trabalho.

“Com trabalhador mais descansado e com uma jornada de trabalho mais digna, consequentemente, a produtividade tem de aumentar”, afirmou.

“Acho que essa conta o empregado não está disposto a fazer”, concluiu.

**IMPACTOS**

Nos últimos meses, uma série de pesquisas tem divergido sobre os impactos da mudança de escala de trabalho na economia brasileira. Algumas vão ao encontro do defendido por representantes do setor produtivo, como industriais e empresários do comércio, que citam efeitos negativos como perda de produtividade, inflação e aumento da informalidade.

Outras caminham para a conclusão de que mais dias de folga aumentarão a motivação dos empregados e que haverá mais tempo para consumo, fazendo girar a roda da economia.

**TERREMOTOS**

# FAB envia medicamentos e militares para a Venezuela

A Força Aérea Brasileira (FAB) enviou à Venezuela, ontem, um contingente de militares da Marinha e equipamentos para uma estrutura hospitalar móvel com o intuito de reforçar o atendimento às vítimas dos terremotos que atingiram o país na última semana.

O voo humanitário, operado por uma aeronave KC-30 do Esquadrão Corsário, decolou da Base Aérea do Galeão (RJ) às 12h10 desta terça-feira com o objetivo de expandir o hospital de campanha brasileiro já em atividade na cidade de La Guaira e levar equipes especializadas em resgate e saúde. Esse é o quinto voo realizado pela FAB em apoio à Venezuela.

Também seguem para o país latino técnicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com analisadores de espectro e de antenas direcionais de alta sensibilidade, utilizados para localizar sinais de celulares sob os escombros.

Como parte do suporte médico humanitário, o KC-30 fez uma escala programada na Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos (SP), onde foram coletados cerca de 5,5 toneladas de insulinos médicos fornecidos pelo



DIVULGAÇÃO/FAB

Ministério da Saúde.

O lote, composto por medicamentos emergenciais e testes rápidos solicitados pelas autoridades venezuelanas, reforçará o estoque dos médicos e do hospital móvel em solo vizinho. O governo federal assegurou que o envio não impacta o abastecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

“Estamos decolando com destino a Maiquetía, na Venezuela, transportando 52 milita-

res das Forças Armadas do Brasil e mais uma carga de 18 toneladas de remédios e medicamentos que a gente espera que confortem um pouco a situação dos nossos irmãos venezuelanos”, afirmou o comandante da aeronave, capitão aviador Renan Herbert Picorelli Walter, pouco antes de decolar de São Paulo.

A operação integra o esforço de solidariedade internacional do governo brasileiro na resposta imediata à emergência na Ve-

nezuela e é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores.

**RESGATES**

As equipes brasileiras enviadas pelo governo à Venezuela resgataram ao menos duas pessoas com vida dos escombros resultantes dos terremotos que atingiram o país, informou o Ministério das Relações Exteriores ontem. Segundo o Itamaraty, as equipes atuam principalmente em La Guaira, uma das regiões mais afetadas.

Ao todo, 6.461 pessoas já foram resgatadas após os abalos sísmicos de 24 de junho. Segundo o novo balanço oficial divulgado pelo governo venezuelano, o número de mortos subiu para 1.943.

O governo brasileiro resgatou 13 brasileiros que estavam de passagem pelo país. Eles tinham procurado a Embaixada do Brasil em Caracas, em caráter emergencial, uma vez que o aeroporto comercial da capital venezuelana estava fechado. O transporte foi feito em aproveitamento da aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) que levou ajuda humanitária para socorrer os venezuelanos e iria voltar vazia ao Brasil.

# Venezuela: mapa da Nasa estima 59 mil prédios danificados em terremotos

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Ao analisar imagens de satélites da Nasa, pesquisadores da Universidade Estadual de Oregon, dos Estados Unidos (EUA), estimaram que 58,8 mil edifícios foram “provavelmente danificados ou destruídos” na região afetada pelos terremotos da Venezuela.

Os geógrafos Corey Scher e Jamon Van Den Hoek analisaram os dados do mapa divulgado pela Nasa (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço) dos EUA, produzido pelo satélite Sentinel-1, com imagens antes e depois dos terremotos na Venezuela. Na imagem acima, os pontos vermelhos significam prédios com 75% de chances de terem sido danificados.

“Trata-se de um produto preliminar, elaborado poucos dias

após o evento, e que permanece não validado”, ponderaram os pesquisadores.

Cada imagem captada após os terremotos da última quarta-feira foi comparada com um “conjunto de imagens de referência” do Sentinel-1 adquiridas ao longo de 2025. “As duas [imagens] foram combinadas em um único mapa de danos”, diz o artigo científico.

Os pesquisadores apontam que a superfície de um edifício pós-terremoto, se comparado com imagens antes dos tremores, “sofreu mudanças abruptas”, sendo esse o mesmo método usado para mapear a destruição de prédios em zonas de conflito.

“Um edifício é considerado danificado quando pelo menos 50% da sua área de implantação está localizada no mapa de danos por perda de coerência”, es-

creveram os pesquisadores dos EUA.

As detecções de danos se concentram onde o tremor foi mais forte (a costa central e o corredor populoso de Caracas), “em consonância com o padrão de intensidade do terremoto”.

**EDIFÍCIOS COLAPSADOS**

Até este domingo passado, o governo da Venezuela havia registrado o colapso de 774 edifícios em diversas partes do país, sendo 189 totalmente derrubados e 585 prédios parcialmente destruídos.

Ainda no domingo, foi anunciada a criação de uma comissão para avaliar as condições de infraestrutura e habitação das demais estruturas das regiões afetadas para avaliar riscos.

A expectativa é que a comissão técnica informe o nível de ris-

co de cada edifício, ponte ou rodovia a partir de classificação dividida entre vermelho, amarelo e verde. As estruturas que receberem a cor vermelha serão as de alto risco de desabamento, as amarelas de risco médio e as verdes serão as sem qualquer risco.

**NÚMEROS**

Segundo a última atualização, os terremotos na Venezuela deixaram 1,9 mil mortos e 10,5 mil feridos. Porém, os números podem aumentar. As Nações Unidas (ONU) estimam que quase 50 mil pessoas estejam desaparecidas no país.

Os terremotos de magnitude 7,2 e 7,5 na escala Richter, ocorridos na quarta-feira passada, causaram destruição e desabamentos na capital Caracas e várias outras cidades, principalmente na província de La Guaira.

# Agências da ONU alertam para risco de surtos de doenças após terremotos na Venezuela

Organizações humanitárias e agências ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) alertaram ontem, que o já frágil sistema de saúde da Venezuela está sendo levado ao limite quase uma semana após dois fortes terremotos. Hospitais danificados e com falta de profissionais estão sobrecarregados pelo número de feridos, enquanto a deterioração das condições na área afetada pelo desastre favorece a disseminação de doenças infecciosas.

As dezenas de equipes nacionais e internacionais espalhadas pela Venezuela seguem concentradas na busca por sobreviventes. O número oficial de mortos já ultrapassa 1.700, e novos corpos continuam sendo retirados dos escombros.

Mas uma crise humanitária já se desenrola entre os sobreviventes Agências das Nações Unidas manifestaram preocupação com os efeitos à saúde de milhares de pessoas deslocadas que estão dormindo há dias ao relento ou em abrigos superlotados e sem condições adequadas de higiene.

Autoridades venezuelanas afirmam que mais de 15.800 pes-

soas foram afetadas pelos terremotos - número que corresponde ao total oficial de desalojados, segundo a porta-voz da agência da ONU para refugiados, Carlotta Wolf. Sem moradia de uma hora para outra, venezuelanos estão dormindo em carros, parques e outros locais por falta de abrigos emergenciais suficientes.

Wolf afirmou que esse número deve continuar aumentando. Muitos dos deslocados no estado de La Guaira, o mais atingido, enfrentam uma grave escassez de alimentos, disse ela.

Em entrevista coletiva em Genebra ontem, o porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), Christian Lindmeier, alertou que os venezuelanos deslocados, sem acesso a banheiros, chuveiros, sabão ou alimentação adequada, estão cada vez mais vulneráveis a surtos de doenças evitáveis, como o sarampo, devido às baixas taxas de vacinação da população. As condições também favorecem a disseminação de doenças transmitidas pela água e por vetores, como dengue, febre amarela e malária.

**SISTEMA DE SAÚDE**

O sistema de saúde venezuelano, enfraquecido por décadas de falta de investimentos e anos de crise econômica, está “sob extrema pressão, com unidades funcionando além de sua capacidade para atender ao aumento dos casos de trauma”, afirmou Lindmeier.

Segundo o governo, os terremotos da semana passada danificaram ou comprometeram 38 hospitais em todo o país. A OMS informou que avaliou, até o momento, 21 dessas unidades. Três delas deixaram de funcionar completamente, outras seis sofreram danos e as demais estão operando sob forte pressão devido ao grande número de feridos.

A OMS informou ainda que muitos médicos especialistas continuam desaparecidos sob os escombros, incluindo responsáveis pelos serviços de maternidade em La Guaira, agravando ainda mais os desafios do sistema de saúde de um país do qual cerca de 8 milhões de pessoas - entre elas muitos médicos e enfermeiros - emigraram nos últimos anos.

“As avaliações revelam uma prestação de serviços caótica e um fluxo de pacientes marcado pela superlotação, aumento das filas para cirurgias e colapso das medidas de biossegurança”, afirmou Lindmeier. Ele acrescentou que “o colapso dos serviços forenses e dos necrotérios, além do registro inadequado das vítimas”, dificulta dimensionar a extensão da tragédia.

**NÚMEROS DA TRAGÉDIA**

O governo da Venezuela, que há anos mantém rígido controle sobre o acesso à informação, divulga boletins diários sobre o número de vítimas. Jorge Rodríguez, presidente da Assembleia Nacional, anunciou na segunda-feira que o balanço oficial chegou a 1.719 mortos e 5.000 feridos, além de alertar a população para que não compartilhe informações que contrariem os dados oficiais.

Especialistas afirmam que o número oficial de mortos provavelmente está muito abaixo da realidade, já que muitas pessoas continuam desaparecidas e as esperanças de encontrar sobreviventes diminuem a cada dia.

**Nota****DINO LIBERA PARA JULGAMENTO PROCESSO SOBRE SUCESSÃO NO GOVERNO DO RIO**

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou ontem para julgamento o processo que trata da realização de novas eleições para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro. Com a liberação, o julgamento deverá ser realizado em agosto deste ano, após o período de recesso na Corte. A data ainda não foi definida. Em abril, o julgamento foi suspenso após um pedido de vista do ministro. O caso trata da ação na qual o diretório estadual do PSD defende a realização de eleições diretas (populares) para o comando interino do estado, e não votação indireta, por meio dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), como definiu inicialmente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No dia 23 de março, o ex-governador Cláudio Castro foi condenado à inelegibilidade pelo TSE. Em função da condenação, o tribunal determinou a realização de eleições indiretas para o mandato-tampão.